



**COMISSÃO DE TRABALHO**  
**REQUERIMENTO Nº DE 2024**  
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir o impacto da privatização na cobertura de saúde dos (as) empregados (as) da Eletrobrás.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts 255 e 256 do Regimento Internos da Câmara dos deputados, a realização de audiência pública para discutir o impacto da privatização da cobertura de saúde dos (as) empregados (as) da Eletrobrás. Para a referida Audiência Pública, propomos a participação dos (as) seguintes convidados (as):

- Paulo Rabello, Presidente da ANS;
- MPT;
- MP;
- Secretaria Nacional do Idoso da Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania;
- Representação dos trabalhadores (as) da Eletrobrás;
- Representante da Eletrobras;
- Representantes das operadoras de autogestão do Sistema Eletrobras;
- Representante dos aposentados do Sistema Eletrobras.

**JUSTIFICATIVA**

A mercantilização da cobertura de saúde dos empregados (as) da Eletrobrás representa uma mudança significativa com impactos profundos tanto para os (as) trabalhadores (as) quanto para a empresa e a sociedade em geral. Este processo envolve a transição de um sistema de saúde operado por empresas de autogestão sem fins lucrativos patrocinadas pela própria empresa para um modelo de mercado, onde uma operadora de mercado assume a responsabilidade pela gestão e fornecimento dos serviços de saúde, visando o lucro e não a manutenção e recuperação da saúde. Esse movimento traz uma série de consequências que precisam ser cuidadosamente analisadas.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

Para os empregados (as) da Eletrobrás, a cobertura de saúde é um benefício essencial que afeta diretamente sua qualidade de vida e bem-estar. A privatização pode resultar em mudanças significativas nas condições e no custo do acesso aos serviços de saúde. Aos trabalhadores (as) ativos (as) há um prejuízo real e concreto, ao ponto que a Empresa manterá em algumas localidades os atuais planos de autogestão. Aos trabalhadores (as) aposentados (as) é a possibilidade de que haja um aumento nos custos, como mensalidades mais altas, coparticipações em consultas e procedimentos, e uma possível redução na abrangência dos serviços oferecidos, ao ponto de tornar o plano inviável e este público terminar sem plano de saúde, onerando o SUS. À sociedade, o fechamento de ambulatórios nos interiores do País, ao ponto de termos decisões do Ministério Público na Bahia, por exemplo, de que a empresa necessita manter os ambulatórios até o final do ano. Essas alterações podem gerar uma sensação de insegurança e insatisfação entre os (as) servidores (as), impactando negativamente sua moral e produtividade. Além de impactar a sociedade e os cofres públicos.

A mercantilização da cobertura de saúde dos empregados (as) da Eletrobrás é uma decisão complexa que envolve diversos fatores e impactos. É crucial que essa mudança seja conduzida com cuidado, transparência e responsabilidade. A audiência pública, portanto, é um mecanismo essencial para garantir um processo justo, transparente e democrático, assegurando que todas as vozes sejam ouvidas e consideradas na tomada de decisão sobre um tema tão sensível e de grande impacto. Assim, pedimos apoio dos (as) nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão,                      de                      de 2024

**Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF**

